

Comunidade e enraizamento: estudo psicossocial em residencial do Programa Minha Casa Minha Vida

Comunidad y arraigo: estudio psicosocial en un residencial del Programa Minha Casa Minha Vida

Community and rootedness: a psychosocial study in a Minha Casa Minha Vida housing project

Clarissa Borges Müller

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

Resumo

A partir da experiência profissional em projeto de desenvolvimento comunitário no residencial Jardim Bassoli do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade de Campinas (SP), surgiram inquietações referentes ao direito à moradia e os sofrimentos psicossociais decorrentes da ausência e/ou ineficiência de políticas públicas na comunidade. Este artigo apresenta os aprendizados da pesquisa que investigou a participação comunitária como estratégia psicossocial de enfrentamento ao desenraizamento de moradoras no residencial Jardim Bassoli. Buscou-se, pelo aporte teórico da psicologia social comunitária e da metodologia qualitativa, que contempla o uso de técnicas como entrevista semi-estruturada e observação participante, debater o uso da noção de comunidade para compreensão dos processos comunitários de desenraizamento/enraizamento. Os resultados alcançados pela pesquisa permitem afirmar que os elementos enraizantes/desenraizantes descritos por Simone Weil (1979) a partir da experiência fabril se fazem presentes também no cotidiano de quem vivencia as situações narradas pelas moradoras do Jardim Bassoli.

Palavras-Chave: Enraizamento; Comunidade; Habitação; Urbanização; Psicologia Social.

Resumen

La experiencia profesional en un proyecto de desarrollo comunitario en la urbanización Jardim Bassoli del Programa Minha Casa Minha Vida (Mi Casa, Mi Vida), en la ciudad de Campinas (SP), surgieron inquietudes relacionadas con el derecho a la vivienda y el sufrimiento psicosocial derivado de la ausencia y/o ineficiencia de las políticas públicas en la comunidad. Este artículo presenta los aprendizajes de la investigación que analizó la participación comunitaria como estrategia psicosocial para hacer frente al desarraigo de las residentes del complejo residencial Jardim Bassoli. Se buscó, mediante el aporte teórico de la psicología social comunitaria y la metodología cualitativa, que contempla el uso de técnicas como la entrevista semiestructurada y la observación participante, debatir el uso de la noción de comunidad para comprender los procesos comunitarios de desarraigo/enraizamiento. Los

resultados obtenidos por la investigación permiten afirmar que los elementos de arraigo/desarraigo vividos en la experiencia fabril también están presentes en la vida cotidiana de quienes pasan por las situaciones narradas por las residentes de Jardim Bassoli.

Palabras Clave: Arraigo; Comunidad; Vivienda; Urbanización; Psicología Social

Abstract

From professional experience in a community development project in the Jardim Bassoli residential area of the Minha Casa Minha Vida (My House My Life) housing program in the city of Campinas (SP), concerns arose regarding the right to housing and the psychosocial suffering resulting from the absence and/or inefficiency of public policies in the community. This article presents the findings of research that investigated community participation as a psychosocial strategy to combat the uprooting of residents in the Jardim Bassoli residential complex. Using the theoretical contribution of community social psychology and qualitative methodology, which includes the use of techniques such as semi-structured interviews and participant observation, we sought to discuss the use of the notion of community to understand the community processes of uprooting/rooting. The results achieved by the research allow us to affirm that the rooting/uprooting elements experienced in the factory environment are also present in the daily lives of those who go through the situations narrated by the residents of Jardim Bassoli.

Keywords: Rootedness; Community; Housing; Urbanization; Social Psychology

Introdução

Este artigo tem por objetivo sintetizar os aprendizados e descobertas da pesquisa que investigou quais os impactos e consequências das experiências de participação comunitária no processo de enraizamento de moradoras em um residencial do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade de Campinas (SP), o Jardim Bassoli. As experiências de saída da antiga moradia e chegada no residencial, bem como as situações de humilhação social vivenciadas pelas moradoras também estão integradas neste estudo. Estas vivências são

fundamentais para compreendermos o processo de desenraizamento que acontece desde a partida do local de origem até os primeiros tempos na nova residência.

A partir da experiência profissional com mobilização social em projeto de desenvolvimento comunitário no residencial Jardim Bassoli, surgiram três inquietações principais: (1) a distância entre o Jardim Bassoli e o centro de Campinas — de 23 quilômetros — e os impactos psicossociais desta separação física/geográfica no cotidiano das moradoras; (2) a ausência e/ou insuficiência de equipamentos públicos de saúde e educação no residencial e as

costumeiras hostilizações sofridas pelas moradoras do Jardim Bassoli ao ocuparem os serviços do bairro vizinho; (3) o sentimento de saudade vivenciado pelas moradoras na nova moradia e o retorno, sempre que possível, aos seus locais de origem para visitar familiares e amizades.

A observação do cotidiano das moradoras impulsionou a busca por explicações teóricas que debatessem o que era percebido na prática. Assim, entrelaçam-se o conceito de direito à cidade para compreender a distância e ausência/insuficiência de equipamentos públicos e o conceito de humilhação social para tentar entender os impactos psicossociais das situações vivenciadas pelas moradoras. A humilhação social baseia-se na desigualdade inerente à sociedade de classes (Gonçalves Filho, 2003) e impede pessoas pobres de falarem e agirem. Na contramão dos impactos causados por essa estrutura social segregadora, está o direito à cidade proposto por Henri Lefebvre (2016) o qual defende que todas as pessoas possam fazer parte da construção e apropriação do espaço urbano. A saudade conecta-se com a necessidade do passado e do futuro na sustentação das experiências no presente. Para compreender este sentimento é bastante adequada a noção de enraizamento proposta por Simone Weil (2001, p. 43):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

A pesquisa foi realizada pelo aporte teórico da psicologia social e oferece contribuições interessantes para este campo de estudos no que tange às possibilidades de uso da noção de comunidade para compreensão dos processos comunitários de desenraizamento e enraizamento. O estudo é qualitativo e faz uso da entrevista semi-estruturada e da observação participante como ferramentas de coleta de dados, as quais foram realizadas entre os anos de 2019 e 2020. Já a análise dos depoimentos e do diário de campo, elaborado durante as observações, foram feitas a partir dos conceitos de comunidade e enraizamento e organizam-se em três categorias: saída da antiga moradia e chegada no residencial Jardim Bassoli, episódios de humilhação social e experiências de participação comunitária.

As cinco pessoas entrevistadas foram escolhidas por conveniência, pois

durante a execução do projeto de desenvolvimento comunitário a pesquisadora estreitou relações com estas moradoras. Concordando com Ecléa Bosi (2003, p. 60): “Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista”. Aspectos como idade, gênero, raça e orientação sexual não foram considerados na seleção das depoentes, embora estejam presentes em algumas falas das moradoras durante as entrevistas. Os nomes reais das pessoas entrevistadas foram mantidos, conforme a autorização das mesmas após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE e a pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética segundo o parecer nº 1775/19.

É importante explicitar que neste artigo busca-se utilizar palavras que sirvam para o gênero masculino, feminino e não binário, de forma que todas as pessoas que façam a leitura possam se sentir incluídas. A inspiração para a escrita vem do Manual de uso não sexista da linguagem (2014). O gênero feminino é adotado como padrão para palavras no plural.

O artigo está estruturado nos seguintes tópicos: apresentação dos conceitos de comunidade e enraizamento; breve explanação sobre o residencial Jardim Bassoli; Relato do processo de saída da antiga moradia e a chegada no

residencial; relação entre os conceitos de direito à moradia e direito à cidade, com um episódio de humilhação social vivenciado por um morador do Jardim Bassoli; Debate sobre as experiências de participação comunitária narradas pelas moradoras à luz dos conceitos de comunidade e enraizamento e; sínteses dos aprendizados da pesquisa.

1. Comunidade e enraizamento

1.1 Comunidade: Condição ética de convivência

Esse sentido compreende comunidade como um espaço privilegiado de encontro e convívio no qual os laços e vínculos são construídos e fortalecidos. Pedrinho Guareschi afirma que “as relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres.” (2015, p. 79).

Nesta comunidade todas as pessoas que a integram possuem o direito de falarem e de serem escutadas, de vivenciarem relações de solidariedade as quais, segundo Svartman e Galeão-Silva (2016), garantem a “convivência comunitária necessária para crescermos na

experiência de enraizamento no mundo.” (p. 341).

Bader Sawaia (2015) destaca o aspecto relacional presente no conceito de comunidade. A autora afirma que ao qualificar-se de comunitária, a psicologia social torna explícito seu objetivo de “colaborar com a criação desses espaços relacionais que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas.” (p. 42). Comunidade enquanto condição ética de convivência inclui divergências e atritos decorrentes da dialética individualidade/coletividade.

1.2 Comunidade: Elaboração de sofrimentos políticos

Nesse sentido, comunidade é compreendida como espaço coletivo de elaboração do sofrimento da humilhação social: “um grupo de resistência que elabora coletivamente o sofrimento determinado pela humilhação social e conquista, nesse processo, a motivação política para enfrentar situações de opressão.” (Svartman & Galeão-Silva, p. 343).

A humilhação social impõe um sentimento de rebaixamento. Na cidade ou no trabalho, a pessoa humilhada parece ter de agradecer por não ser tratada com

grosseria. José Moura Gonçalves Filho explica:

A humilhação marca a condição de pessoas que foram mais ou menos deslocadas para o lado daqueles que devem ficar quietos e obedecer — devem agir não propriamente como quem age, mas como quem cumpre ordens cuja formulação e sentido lhe são vetados. Na cidade ou no trabalho, sem participação, não devem sentir-se em casa, mas estrangeiros (2003, pp. 231–).

Além da participação, elemento fundamental para enfrentar o sofrimento causado pela humilhação, destaca-se neste trecho o veto ao sentimento de “estar em casa”, causado por este tipo de sofrimento ético-político. As moradoras do residencial Jardim Bassoli relataram durante as entrevistas que se sentiram “jogadas” no bairro, em uma região distante dos seus locais de origem, onde não possuíam laços de afeto. O sentimento de não estar em casa, de não poder exercer o direito de participar de uma coletividade, provoca o desenraizamento.

1.3 Comunidade: Horizonte utópico de transformação social

Eduardo Galeano (2001) fala que a utopia está no horizonte e serve para nos fazer caminhar. Comunidade enquanto um espaço liberto de todas as formas de opressão pode parecer uma utopia e nesse sentido ela é:

uma forma de organização social radicalmente democrática, o que implica a efetiva superação da desigualdade de classes e das diversas formas de dominação presentes na vida social, entre elas, o impedimento de participação no governo do trabalho e da cidade (Svartman & Galeão-Silva, 2016, p. 344).

A caminhada rumo a esta comunidade utópica é realizada coletivamente e se constitui das práticas de solidariedade, dos processos contraditórios e desafiadores vividos no cotidiano comunitário, que podem efetivamente sustentar a experiência de uma comunidade democrática. Comunidade, neste sentido, é vista como uma utopia, pois enquanto sociedade temos bastante dificuldade de imaginar e colocar em ação, concretamente, outro modo de produção e reprodução da vida, que não seja o capitalista. Pilar Calveiro (2021) afirma que o capitalismo neoliberal promove um estado permanente de incerteza, o qual associado ao esfacelamento dos laços sociais e difusão

ostensiva de discursos individualizadores e meritocráticos terminam por instituir um cenário de medo, que é útil ao neoliberalismo, pois dificulta as resistências.

1.4 Enraizamento

Simone Weil foi uma filósofa francesa, que cunhou a noção de enraizamento adotada nesta pesquisa. Ela colocou-se lado a lado junto à classe operária, pois acreditava e defendia intensamente a importância de viver na própria pele o que experienciavam as pessoas exploradas. Somente desta forma, seria possível colocar-se como aliada na luta pelo fim da servidão humana perante a técnica: “Nada poderemos compreender enquanto não nos pusermos entre os oprimidos para sentir com eles.” (Weil, 1979, p. 31). Neste mesmo sentido, Martin-Baró (2017), recomendava a estudantes que estavam sob sua orientação: “primeiro, que deixem-se impactar pelo problema mesmo, que se envolvam na angustiante realidade cotidiana que vivem as majorias salvadoreñas, para, então, perguntarem-se sobre conceitos, teorias e instrumentos de análise.” (p. 78).

A noção de enraizamento precisa ser compreendida por meio da dialética enraizamento/desenraizamento, uma vez

que a busca por enraizamento acontece à medida que as pessoas da classe trabalhadora experienciam relações de dominação, características do desenraizamento. Ao longo deste artigo iremos apresentar algumas destas situações de exploração e silenciamento, como no processo de saída da antiga moradia e, também, o enfrentamento a estes episódios por meio das ações coletivas nas quais as moradoras participaram.

2. Residencial Jardim Bassoli

O residencial Jardim Bassoli é um empreendimento do PMCMV destinado a famílias da Faixa 1¹ (com renda familiar de zero até três salários mínimos), que residiam em áreas consideradas de risco pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Está inserido na modalidade do programa em que uma construtora vence a licitação para construir o empreendimento por meio de repasse de recursos do Estado, em âmbito federal, diretamente para a empresa executora.

A localização do residencial, na região Noroeste de Campinas, na porção denominada Campo Grande, é reconhecida pela alta concentração de população de

baixa renda. O Jardim Bassoli foi projetado e aprovado para possuir 796 lotes, dos quais 790 para moradia e seis para comércios. Porém,

Através da anexação de lotes transformou os 790 lotes residenciais em 19 grandes lotes. Nestes 19 lotes foram implantados através do Programa Minha Casa Minha Vida 119 edifícios de 5 pavimentos (térreo adicionado de quatro 4 andares), com 20 apartamentos cada, resultando em 2.380 unidades habitacionais, destinados para famílias com faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos (Demacamp & Instituto Pólis, 2014, p. 127).

Dessa forma, os 19 grandes lotes se transformaram em 19 condomínios, nomeados com as letras do alfabeto, de A a S. A diferença entre o que foi projetado e implantado é uma das causas de diversos impactos no dia a dia de quem vive no residencial. O plano aprovado possuía uma demanda 301,27% menor do que a realidade construída. Assim o atendimento adequado de serviços básicos como água, energia elétrica e tamanho das vias, por exemplo, ficou bastante prejudicado.

¹ As faixas do programa foram alteradas no decorrer dos anos. Esta especificação sobre a Faixa 1 diz respeito ao período em que foi construído e entregue

o residencial Jardim Bassoli, entre os anos de 2009 e 2013.

As primeiras unidades começaram a ser entregues em abril de 2011 (condomínios P, Q e R) e as últimas entregas aconteceram em janeiro de 2013 (condomínios A, B, C e D). Entre a primeira e a última, aconteceram outras cinco entregas que totalizaram a mudança das 2380 famílias para o residencial, cerca de 7.500 pessoas.

3. A saída da antiga moradia e a chegada no Jardim Bassoli

As moradoras chegam ao Jardim Bassoli: gradualmente, pé ante pé. A construção do sentimento de pertencimento à nova moradia não começa do dia para a noite, nem com a entrega da chave do apartamento. A notícia de que serão removidas para um programa de habitação popular não vem exatamente motivadoramente: nos relatos, o susto com a chegada da Companhia de Habitação de Campinas (COHAB Campinas) e o aviso de que serão levadas para outro bairro, em uma região distante de onde vivem, é um elemento marcante.

Madalena comenta que a surpresa negativa se transformou quando percebeu que as condições materiais na nova moradia seriam melhores do que na residência antiga. Ela conta:

Eu morava no Jardim Lisa, foi quando a COHAB também apareceu lá dizendo que ia tirar muita gente daquele lugar, que era uma área de risco. No começo eu fiquei muito assustada, mas ao mesmo tempo feliz porque o lugar que eu morava era muito ruim, quando chovia a gente não podia sair de casa, era muito buraco, mas eu gostava lá daquele lugar. E quando eu vim aqui para o Bassoli, no começo tudo foi muito difícil porque eu morava em casa, era sossegado, tranquilo, aí vim para um apartamento onde mora várias famílias, várias pessoas diferentes, é muito complicado. Foi muito difícil no começo da gente se acostumar, mas agora já vai fazer sete anos que a gente tá aqui. (Madalena).

Importante destacar na fala de Madalena as dificuldades de convivência na nova configuração de moradia: “vim para um apartamento, onde moram várias famílias, várias pessoas diferentes, é muito complicado” (Madalena). Acordos de convivência no condomínio são diferentes dos que eram estabelecidos no antigo bairro e lidar com as pessoas que não os cumprem, como diz Madalena: “é muito complicado”. Atritos com a vizinhança podem evoluir para uma coabitação sem convivência, como sugerem Svartman e Galeão-Silva. Os autores acreditam que “a vizinhança humana e o convívio igualitário e

desinteressado são necessários para o reconhecimento e a garantia da experiência de humanidade no outro e em si próprio” (2016, p. 341).

Ainda sobre a relação com a COHAB, Fabiana relata:

eu morava em área de risco lá [no Jardim São Marcos, na região dos Amarais, próximo ao CEASA], era a beirada do córrego que passa lá. [...] e a COHAB passou fazendo a marcação dos moradores. [...] “ah, então, eu sou da COHAB, sua casa vai ter que sair daqui”. [...] Eu me assustei na hora: “Mas para onde eu vou ter que ir?”, “Ah, você vai ter que mudar lá no Bassoli.”, “Onde que fica?”, “Na região do Campo Grande”. Nem sabia, nunca ouvi falar, já ouvi falar, mas nunca estive na região do Campo Grande. “Ah, não vou”. Assinei lá não vou. Depois de algumas semanas que vários outros moradores comentaram: “ah, eles vão te tirar, vão passar com trator dentro da sua casa e com tudo dentro”, começaram a me apavorar, né?! que é essa a intenção deles, né?! “Se você se recusar na hora que as máquinas chegarem a gente vai passar a máquina em cima da sua casa.”. “Tudo bem, pode passar, eu não vou sair”. Daí eu comecei a pensar mais sobre o caso depois de algum tempo. Por que? Porque morar num barraco é

aquela coisa, você nunca tem a chance de ver a sua casa um pouco melhor. [...] Aí eu fiquei assim, acho que é melhor a gente ir porque daí vai ser uma coisa diferente [...] Conversei com meu ex-marido sobre isso. A gente achou melhor ir (Fabiana).

Sob ameaças de que teria sua casa destruída e a reflexão de que a nova moradia poderia representar uma possibilidade de recomeço em um local mais seguro, Fabiana e o ex-marido decidem aceitar a mudança. No relato da moradora, é possível perceber o susto e pavor que a situação gerou, não somente por conta da ação, propriamente dita, da COHAB, mas como essa ação — o comunicado sobre a remoção — foi realizada. O tom coercitivo e até mesmo violento, como esse diálogo aconteceu e reverberou na relação com a vizinhança.

Ainda sobre os impactos da chegada no novo bairro, Fabiana comenta sobre a dificuldade de acessar o direito à educação para seus filhos: “Tive que tirar meu filho da escola, meu filho mais velho tinha que sair comigo todo dia de madrugada, quatro e meia da manhã, porque estudava lá, não tinha escola aqui, não tinha vaga. Mexeu muito com a gente.”

Segundo o Plano Diretor de Campinas (2016, pp. 175–):

os maiores déficits de demanda não atendida na educação infantil (agrupamentos I e II), estão nas regiões noroeste (2.418 crianças), sul (2.390 crianças) e sudoeste (1.939 crianças). (...) Pode-se observar que as regiões que concentram bairros de maior vulnerabilidade são as que possuem o maior déficit. Este cenário é agravado com a concentração destes contingentes populacionais nas áreas periféricas, seja em moradias em áreas de risco ou mesmo quando da implantação de grandes conjuntos habitacionais, no esteio do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal (como exemplos podemos citar o Jardim Bassoli, o Jd. Abaeté e o Sírius).

Garantir o acesso à moradia, sem considerar as demais dimensões da vida: educação, trabalho, saúde, lazer etc. vai na contramão do que preconiza o direito à cidade. É um recado do Estado bastante nítido: “a moradia tá garantida, com o resto você se vira.”

Outro ponto que dificulta a chegada no residencial relaciona-se com a perda de vínculos de afeto com familiares e amigos que permanecem no antigo local de moradia. Sobre isso, Renata comenta:

Uma pessoa disse pra mim assim: “depois que você mudar pro Bassoli ninguém mais vai vir te ver”, porque é um lugar muito longe, muito distante, ninguém quer entrar no Bassoli, então a gente se sente assim, meio que excluído, sabe? Da família e da sociedade. Mas eu gosto tanto do Bassoli, eu me apeguei tanto ao Bassoli. (Renata).

“Então a gente se sente assim, meio que excluído, sabe?”. Essa frase de Renata poderia ser utilizada para se referir ao sentimento de exclusão de forma mais ampla: a falta de visita da família é um dos aspectos que alimenta esse sentimento. Em seguida, em trecho do depoimento de Lindineide, será possível perceber que a distância física e a dificuldade de conseguir emprego por causa disso também nutrem a sensação de ser excluída:

antes da mudança eu tava trabalhando numa firma lá no Taquaral [...] Eu vi muita diferença por causa da distância. Onde eu morava tinha muitos comércios, tinha facilidade de trabalhar, era mais perto, dava pra mim chegar a pé até o serviço se fosse o caso. Aqui eu vejo a dificuldade em acesso ao trabalho, até em pessoas próximas, como meu marido. Quando ele tava lá na Moscou, no São Quirino, ele ia com o patrão dele, que era nosso

vizinho, eles iam de carro. Essa é a dificuldade que eu vejo aqui, de ele ter que sair às 5 horas da manhã pra chegar até o serviço. Ele pega entre dois e três ônibus dependendo de onde é, como ele faz bico não tem um lugar certo, cada dia ele tá num lugar. (Lindineide)

Somado ao tempo de deslocamento, que obriga as pessoas a acordarem cedo para conseguirem chegar pontualmente ao trabalho, existem pelo menos mais dois elementos que impactam nas dificuldades citadas por Lindineide. Um deles é a condição na qual as pessoas deslocam-se no transporte público, ônibus lotados sem assentos vagos, onde as pessoas ficam mais de uma hora em pé, algumas vezes. O outro está relacionado aos custos de deslocamento. O número de terminais para o transporte urbano em Campinas não é suficiente para permitir a integração entre as diferentes linhas de ônibus e as pessoas precisam arcar com o custo de duas ou três passagens para conseguirem chegar ao destino. Esta situação é mais um exemplo de como o acesso à moradia não é garante o direito à cidade de forma integral.

4. Episódios de humilhação social

Todas as situações de humilhação social narradas pelas moradoras durante as

entrevistas aconteceram pelo fato de elas residirem no Jardim Bassoli. A maneira como determinados espaços da cidade são vistos como violentos tem íntima relação não somente com o imaginário social construído sobre as periferias, mas também com a ausência de políticas públicas que garantam o direito à vida digna a estas populações. Assegurar o direito à moradia, no formato de apartamento em um programa de habitação social, não resolve a questão mais ampla do direito à cidade.

Em publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP), o direito à moradia foi apresentado como:

uma questão a ser tratada como direito inalienável (jurídico), mas antes como valor imensurável (social e humano). Sem moradia, o próprio processo de humanização está comprometido. Sem moradia, autonomia e dignidade humana estão comprometidas. (Euzébios, 2019, p. 38)

O direito à cidade extrapola o direito à habitação. Henri Lefebvre (2016) propõe a cidade enquanto obra humana — fruto da atividade participante das pessoas que nela habitam. Para o filósofo, é o valor de uso dos espaços, das ruas e das praças da cidade que deveriam prevalecer. Porém, na

sociedade capitalista, além da habitação, a cidade toda se transforma em mercadoria, deixa de ser uma obra e se transforma em produto. O que passa a imperar, então, é o valor de troca.

Na pesquisa são detalhadas três experiências distintas vivenciadas por Fabiana, Renata e Marcelo. Neste artigo terá destaque o episódio de humilhação social vivenciado por Marcelo:

Já vivi um constrangimento, mas não fiquei tão constrangido porque o professor entrou no meio. Eu tava fazendo cursinho e ele falou pra todo mundo apresentar o bairro onde mora, daí quando eu falei o nome do bairro a galera começou a dar risada. Aí o professor perguntou à turma e o restante dos alunos também eram da região do Campo Grande. Então ele falou: “você percebem que cês tão tudo no mesmo barco? Vocês tão tudo na perifa [ênfatisa a palavra perifa]. Todo mundo vem da perifa. Ninguém é melhor que ninguém. Ninguém que tá aqui é do Cambuí ou de outro lugar”. Pelo menos ele deu uma quebrada de gelo na galera. Porque eu acho que não tem diferença em comunidade assim tanto onde a minha mãe vive, quanto aqui ou no Floresta, Hortolândia... são bairros violentos, mas que também não tem tanta, tanta [reflexivo] publicidade quanto o Bassoli. Se o Bassoli acontece

qualquer coisinha já sai na notícia, agora se acontece algo no São Bento [bairro vizinho], alguma morte, já culpa o Bassoli [fala dando risada], já fala que “é no Bassoli!”, mas na verdade aconteceu no São Bento. Então, ainda tem uma má fama (Marcelo).

O bairro citado pelo professor de Marcelo, Cambuí, é um bairro localizado na região central de Campinas. No período de 1930 até os dias atuais, ocorreu o processo de expulsão da população marginalizada na área central para dar lugar às classes dominantes no bairro Cambuí. Este fato foi traduzido como “o primeiro fenômeno de segregação socioespacial no processo de urbanização de Campinas”, segundo o Plano Diretor Estratégico de Campinas (2016, p. 59). A diferença entre quem mora no Jardim Bassoli e quem reside no Cambuí, fica bastante nítida no valor do metro quadrado em cada um desses bairros. No trecho da avenida Norte-Sul que corta o Cambuí, o valor do metro quadrado custa, em média, R\$ 2.485,0503. No Jardim Bassoli, o custo médio do metro quadrado é R\$ 132,5301. Esses dados, obtidos no Diário Oficial de Campinas publicado em 11 de outubro de 2017, confirmam quem vale mais aos olhos do mercado imobiliário e do Estado: as pessoas capazes de arcar com os custos de vida no Cambuí.

O sofrimento psicossocial causado por episódios de humilhação social como este relatado por Marcelo tem sua origem no modelo de urbanização que segrega sócio-espacialmente a população de baixa renda. A construção de residenciais para habitação social nas franjas da cidade, em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana trouxe como consequência, além destas situações de opressão/preconceito, dificuldades em acessar serviços públicos e oportunidades de trabalho, conforme apresentado anteriormente nos depoimentos de Lindineide e Fabiana.

5. Experiências de participação comunitária

A partir da chegada ao bairro, cada moradora percorre um caminho distinto para adaptar-se à nova moradia. Um aspecto em comum na trajetória de todas as entrevistadas é o engajamento em atividades coletivas, seja por meio do cumprimento de papéis formais de representatividade (sindica e subsindica), participando de oficinas organizadas pela instituição que executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no bairro ou envolvendo-se em atividades de projetos de desenvolvimento comunitário realizados no residencial.

Em seu depoimento Marcelo conta sobre as atividades do projeto de desenvolvimento comunitário nas quais se engajou. Ele relata:

Eu participei só de algumas, acho que foi só de uma, de comunicação não violenta, da criação do projeto também e de como que a gente imagina o Bassoli daqui 5, 10 anos, mais ou menos, tinha uma árvore lá e a gente colocava nela sonho de como que a gente gostaria que fosse o Bassoli ou o que que a gente queria trazer para a comunidade e poder melhorar as praças públicas. Essa parte foi legal também, porque depois de sentar, desenhar e colocar lá no papel, colocar na árvore e ver acontecendo, ainda mais a comunidade fazendo foi legal porque eu acho que hoje eles têm mais consciência para o uso da quadra, para o uso das outras praças de lazer. (Marcelo)

A participação em atividades coletivas que visavam planejar e executar ações de ocupação e qualificação dos espaços de uso coletivo foi crucial na experiência de Marcelo e apoiaram o seu enraizamento no Jardim Bassoli. Para ele, estas vivências foram estimulando seu desejo de participar mais e mais e seu

sentimento de ser parte da comunidade.

Marcelo segue seu depoimento:

Eu acredito que antes do projeto eu não era tão conhecido quanto eu sou hoje. E a influência assim é que tem muitas coisas que eu faço e digo e as pessoas me escutam. Sabe? “Não faz isso”, e ela não faz. Converso com uma criança, falo que é errado, ela xingar, bater, essas coisas e ela entende. Tem muita coisa que dá pra mim influenciar na comunidade para trabalhar a questão da educação, da cultura e do esporte com os moradores. Não que eu seja um profissional, mas tipo o pouco do que eu sei eu procuro passar pra eles. (Marcelo)

Além de ser mais conhecido no bairro, Marcelo é também reconhecido e o que ele diz tem peso e importância para as demais pessoas. Na continuidade da entrevista ao ser questionado sobre quais acontecimentos o fizeram sentir mais seguro e confiante para se posicionar diante da vizinhança ele disse:

Poder escrever o projeto [do coletivo Bassoli dos Nossos Sonhos] é uma das ações que eu lembro que me deu mais incentivo para falar. Mas foi uma das revitalizações da praça, que a gente tinha que ir com ofício no comércio local para arrecadar alimentação,

quando eu tive que falar mais com o público, que eu mais precisei usar a voz. E a outra ação, que eu tive que falar mais com a comunidade, foi no primeiro cinema. (Marcelo)

No trecho acima, Marcelo relata três situações em que se sentiu incentivado a usar a voz. Projetos de desenvolvimento comunitário que busquem fortalecer o sentido de comunidade precisam prever espaços de participação nos quais as pessoas se sintam ouvidas e tenham a garantia de que há espaço para suas falas. Pedrinho Guareschi comenta sobre a conceituação de comunidade:

um tipo de vida em sociedade “onde todos são chamados pelo nome”. Esse “ser chamado pelo nome” significa uma vivência em sociedade onde a pessoa, além de possuir um nome próprio, isto é, além de manter sua identidade e singularidades, tem possibilidade de participar, de dizer sua opinião, de manifestar seu pensamento, de ser alguém (Guareschi, 2015, p. 78).

Assim como Marcelo, Fabiana também destaca a revitalização da praça como um momento importante:

Nossa, depois que o mutirão da praça aconteceu aquilo me motivou a fazer muito mais. Não é só ali que precisa,

tem outros lugares, tem outras coisas para se fazer. Então a gente pensa assim: ‘nossa, aquele lugar está tão abandonado’ se a gente ficar esperando pelo pelo órgão público, a prefeitura vir fazer, só que eles vão fazer de qualquer jeito, então é melhor a gente ir lá fazer.

Aí vai, publica lá no grupo, vê quem tá disponível para poder ajudar e tal, sempre tem alguém disponível. “Então, vamos fazer?”, “Vamos fazer!” É legal isso, né?! Essa parte de que não tem só você que olha daquele jeito, tem muito mais gente que vê do mesmo jeito que você. E gosta do lugar que mora e quer ver diferente (Fabiana).

Nesta fala da moradora é possível perceber os três sentidos de comunidade presentes: existe um grupo onde se publica o convite para a ação e quem está disponível aceita somar esforços, aí está a convivência. O abandono e negligência do poder público causam sofrimentos que precisam ser elaborados e enfrentados coletivamente, para isso a resistência. Colocar-se em ação junto à vizinhança para melhorar o bairro é a busca por transformação social. Maria de Fátima Quintal de Freitas enfatiza que a participação comunitária deve objetivar “o fortalecimento de redes de solidariedade, para que possa ser construído um projeto de sociedade digna e justa” (Freitas, 2012, p.

384). Neste sentido, a participação está orientada pelo sentimento de indignação diante da injustiça, e este é um dos sentimentos que trouxe Fabiana para participar das atividades coletivas. Ela conta:

Essa parte de ver muita gente, que não mora aqui dentro, não é daqui, e olha para o bairro com indiferença. Nessas partes eu comecei a ver as coisas de um modo diferente: “Poxa, por que ele vai ficar falando de onde eu moro se ele não sabe, se ele nunca entrou lá dentro?”, então eu comecei a ter um olhar diferente para cá. “Você não tem o direito de falar, porque você não mora lá” (Fabiana).

“Ver as coisas de um modo diferente”, nas palavras de Fabiana, significava se implicar na transformação do bairro. Ela assumiu o cargo de subsíndica, depois de síndica e engajou-se em mutirões de limpeza e plantio na praça próxima do seu condomínio. Ela gostaria que as outras pessoas tivessem um olhar de apreço pela comunidade, assim como ela. Quando estava terminando o período da gestão, em que Fabiana estava como subsíndica, ela conta que a vizinhança a pedia para candidatar-se ao cargo de síndica ao que ela respondia: “Vocês estão comigo? Porque eu quero vocês junto comigo, eu não quero

ficar sozinha”. A partir destas situações vivenciadas por Fabiana é possível inferir que participar está diretamente conectado com fazer sua voz ser ouvida em uma coletividade e estar lado a lado, realizando ações, em um coletivo.

6. Sínteses: aproximações entre enraizamento operário e comunitário

Uma investigação tem início, meio e fim. Acontece em determinado tempo histórico e as sínteses que são possíveis elaborar a partir das descobertas realizadas durante o caminho são cambiáveis à medida que a história segue acontecendo, mesmo quando o estudo se encerra. No último ano deste estudo (2021), enquanto vivia-se o segundo ano da pandemia de COVID-19 e os horrores do governo de Jair Bolsonaro no comando do Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida foi extinto. Com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, o programa foi retomado.

Porém, as contradições entre moradia enquanto direito, garantido via política pública, e moradia como mercadoria, produzida e vendida pelas construtoras com capital aberto na bolsa de valores, estão cada vez mais acirradas. O processo de urbanização que segue em curso nas metrópoles brasileiras promove a segregação sócio-espacial e como parte

integrante, e fundamental, da construção das cidades, os programas habitacionais também reproduzem essa lógica excludente.

Das descobertas e aprendizados da pesquisa, as que se destacam são aquelas relacionadas às possíveis conexões entre a experiência relatada por Simone Weil durante seu período como operária na década de 30 e a experiência narrada pelas moradoras do Jardim Bassoli entre os anos de 2019 e 2020. Os sentimentos de medo, sujeição e fome, associados ao desenraizamento e a alegria, conectada ao enraizamento, estão presentes em ambas situações.

Uma das principais dificuldades trazidas pelas moradoras na chegada ao Jardim Bassoli está relacionada à distância entre o residencial e os demais espaços da cidade, especialmente os locais de trabalho e a antiga moradia onde ainda estão laços de vizinhança e familiares. Na sua experiência na fábrica, Simone Weil vivenciou a dificuldade de ter que voltar para casa no transporte público lotado depois de um dia exaustivo no trabalho, ela diz: “Descendo a rampa do metrô, ao sair da fábrica, vem uma angústia assaltar o pensamento: será que vou encontrar um lugar sentado? Seria muito duro ter de ficar de pé. Mas é comum viajar de pé” (Weil, 1979, p. 103). O cansaço de ter que viajar

em pé no metrô, ou ônibus no caso das moradoras do Jardim Bassoli, depois de uma jornada extenuante de trabalho é um elemento desenraizante.

O relato das moradoras sobre a chegada da COHAB, e o aviso de que iriam ser removidas para outra região, é marcado pelo susto de que precisariam deixar suas moradias. É um aviso que se converte em ordem, pois a outra opção, caso elas decidam não sair, é assistir os tratores destruindo suas casas, como relata Fabiana. O ditado popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo” exemplifica a percepção de Simone Weil sobre o impacto de somente receber ordens e ter o dever de executá-las sem a mínima possibilidade de questionar ou participar da tomada de decisões. Nas palavras da filósofa: “Nunca fazer nada, por menos que seja, que se constitua numa iniciativa. Cada gesto é, simplesmente, a execução de uma ordem.” (1979, p. 104) O sentimento de estar sujeita às ordens que vêm de cima, que são alheias à sua própria vontade, é compartilhado pelas operárias e pelas moradoras do Jardim Bassoli.

Em seu relato, Simone Weil (1979) fala sobre os medos presentes no cotidiano fabril: não produzir na velocidade necessária, estragar peças ou quebrar ferramentas, fazer algo errado e ouvir

bronca do patrão, fazer alguma queixa e arriscar-se à demissão etc. Ela conta:

“São raros os momentos do dia em que o coração não está um pouco comprimido por alguma angústia. De manhã, a angústia do dia a se viver. [...] Se a gente se afunda lentamente, se soçobra, ninguém no mundo dará por isso. O que é que a gente é? Uma unidade na força de trabalho. A gente não conta. Mal existe” (pp. 103-104).

Em contrapartida aos sentimentos desenraizantes vivenciados no cotidiano da fábrica, a filósofa relata, que durante a ocupação do espaço de trabalho por grevistas e suas famílias, o “clima” no ambiente muda completamente e o que ela encontra no local de trabalho é alegria. Pois, durante a greve, existe a oportunidade de:

dizer o que está no coração para todo mundo, chefes e colegas, nesses lugares onde dois operários podiam trabalhar meses seguidos, lado a lado, sem que nenhum dos dois soubesse o que o vizinho pensava. Alegria de viver entre estas máquinas mudas no ritmo da vida humana - o ritmo que corresponde à respiração, às batidas do coração, aos movimentos naturais - e não na cadência imposta pelo cronometrista (Weil, 1979. p. 106).

Assim como operárias que trabalham lado a lado podem passar o dia todo sem trocar uma única palavra, pessoas que residem lado a lado podem passar semanas ou meses sem saber o nome da vizinha de porta. A forma como a pessoa vivencia a moradia pode influenciar a maneira como ela se sente enraizada naquela comunidade. Para Gustavo Massola e Bernardo Svartman (2018, p. 301), “a experiência mais comum de desenraizamento não decorre da mobilidade voluntária, mas de rápidas e constantes mudanças promovidas no lugar de habitação por forças econômicas e sociais que aparecem aos olhos de indivíduos e grupos como incontrolláveis.” Poder dizer o que está no coração, como escreve Simone Weil, é premissa básica para que as relações sociais produzam comunidade como condição ética de convivência, na qual todas as pessoas têm direito a falarem e serem ouvidas.

A filósofa-operária continua apresentando sua vivência na fábrica ocupada:

É claro que esta vida dura vai recomeçar em alguns dias. Mas ninguém pensa nisso, como os soldados de licença durante a guerra. Além do que, aconteça o que acontecer depois, sempre houve isto, agora.

Finalmente, pela primeira vez, e para sempre, haverá em torno destas máquinas pesadas outras lembranças flutuando, e não só as do silêncio, da opressão, da submissão. Lembranças que põem um pouco de orgulho no coração, que deixarão um pouco de calor humano em cima de todo esse metal. (Weil, 1979, p. 106)

Alegria semelhante foi vivenciada pelas moradoras do Jardim Bassoli durante os mutirões e outras atividades coletivas. Elas puderam se reconhecer enquanto potência, valorizarem suas habilidades e construir comunidade. Elas descobriram no Jardim Bassoli um solo fértil para serem quem são, fazerem suas vozes ecoarem e assim seguirem resistindo, juntas, contra o desenraizamento.

Referências

- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. Ateliê Editorial.
- Calveiro, Pilar (2021) *Resistir al neoliberalismo: comunidades y autonomías*. Siglo XXI.
- Conselho Regional de Psicologia. (2019). *Psicologia e moradia: Múltiplos olhares sobre a questão habitacional*. CRP-SP.
- Demacamp & Instituto Pólis. (2014). *Relatório I — Projeto DIST*.
- Euzébios, A. (2019). O valor imensurável do direito à moradia. In Conselho Regional de Psicologia, *Psicologia e moradia*:

- múltiplos olhares sobre a questão habitacional* (pp. 35–43). CRP-SP.
- Federici, S. (2019). *Re-enchanting the world: Feminism and the politics of the commons*. PM Press.
- Freitas, M. de F. Q. (2012). Intervenção psicossocial e compromisso: Desafios às políticas públicas. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 370–386). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://static.scielo.org/scielobooks/vfgf/h/pdf/jaco-9788579820601.pdf>
- Freitas, M. de F. Q. (2014). Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: Desafios à prática em comunidade. In C. Stella (Org.), *Psicologia comunitária: Contribuições teóricas, encontros e experiências* (pp. 70–94). Vozes.
- Galeano, E. (2001). *Las palabras andantes*. Catálogos.
- Gonçalves Filho, J. M. (2003). Problemas de método em Psicologia Social: Algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 193–239). Cortez.
- Guareschi, P. (2015). Relações comunitárias — Relações de dominação. In R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 66–81). Vozes.
- Lefebvre, H. (2016). *O direito à cidade* (C. C. Oliveira, Trad.). Nebli.
- Martin-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais* (F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.
- Massola, G. M., & Svartman, B. P. (2018). Enraizamento. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 75–88). Vozes.
- Sawaia, B. B. (2015). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 29–43). Vozes.
- Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina. (2014) *Manual para o uso não sexista da linguagem*. <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>
- Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. (2017). *Plano Diretor Estratégico de Campinas*. Prefeitura Municipal de Campinas.
- Svartman, B. P., & Galeão-Silva, L. G. (2016). Comunidade e resistência à humilhação social: Desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331–349. <https://doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51980>
- Weil, S. (1979). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (T. G. Langlada, Trad.). Paz e Terra.
- Weil, S. (2001). *Enraizamento* (M. L. Loureiro, Trad.). EDUSC.
-
- Clarissa Borges Müller.** Universidade de São Paulo.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6111-3397>
Email: clarissabm@usp.br
-
- Recebido em:** 11/04/2025
Aceito em: 30/08/2025
-